



**10<sup>o</sup>** FORUM INTERNACIONAL  
DE RESÍDUOS SÓLIDOS

12 a 14 de Junho de 2019  
João Pessoa - PB - BRASIL

## Painel 1: Resíduos Sólidos e comportamento

Coordenação: Nadjacleia Vilar Almeida (UFPB)

Luiz Gustavo Rittl (Rede de Cooperação Acadêmica Lixo Zero)

José Farias Souza Filho (Ministério Público Estadual/PB)

Gustavo Ferreira da Costa Lima (UFPB)

# COMPORTAMENTO X CONSUMIDOR

Para Georg Simmel (1904) o consumo de bens é marcado por uma progressiva alteração no sistema de gostos entre camadas superiores e inferiores: diferenciação pelos hábitos de consumo.

(ALMEIDA JR. e ANDRADE, 2007)

Valor  
de USO

COMPORTAMENTO  
X  
CONSUMIDOR

Valor  
de  
Troca

Para Baudrillard, a troca é um processo de relação a "a" na relação a símbolos. status de

Valor  
Simbólico

# COMPORTAMENTO X CONSUMIDOR



Percebendo a importância simbólica de suas ofertas o mercado elabora estratégias que facilitam a negociação de significados e a distinção entre grupos.



- Obsolescência planejada;



- Obsolescência perceptiva;



- Extensão de acesso a produtos superiores por classes mais baixas (Lipovetsky)



- Maximização do valor para o consumidor de suas ofertas, tornando cada vez mais complexa e prazerosa a experiência com a marca.



- A marca tem além de cor e forma, textura, cheiro e desperta emoções.



Em 2015, os países tiveram a oportunidade de adotar a nova agenda de desenvolvimento sustentável e chegar a um acordo global sobre a mudança climática.

As ações tomadas em 2015 resultaram nos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

# 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Assegurar padrões de produção  
e de consumo sustentáveis



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU número 12 diz: **“Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”**. As metas incluem reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial; alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos; e reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; entre outros.



**10<sup>o</sup>** FORUM INTERNACIONAL  
DE RESÍDUOS SÓLIDOS

12 a 14 de Junho de 2019  
João Pessoa - PB - BRASIL

## Painel 1: Resíduos Sólidos e comportamento

Coordenação: Nadjacleia Vilar Almeida (UFPB)

Luiz Gustavo Rittl (Rede de Cooperação Acadêmica Lixo Zero)

José Farias Souza Filho (Ministério Público Estadual/PB)

Gustavo Ferreira da Costa Lima (UFPB)

Um processo de ambientalização e politização do consumo que enfatiza estratégias de enfrentamento da crise ambiental na esfera do consumo parece estar em curso na sociedade brasileira (Portilho, 2010)

### Linha de tempo do consumo sustentável

1981	Editada a lei que estabelece a <u>Política Nacional de Meio Ambiente</u> .
1987	Surge o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IBDEC).
1988	Constituição Federal – Artigos diretamente relevantes: 170 e 225.
	Instituída a <u>Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/SP</u> .
1990	Promulgado o Código de Defesa do Consumidor.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro, lança as bases da <u>Agenda 21</u> , que propõe “mudanças nos padrões de consumo”.
1993	Criação do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE e do Selo Procel de Economia de Energia – INMETRO, com o objetivo de orientar o consumidor no ato da compra, indicando os produtos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética dentro de cada categoria e estimulando a fabricação e a comercialização de produtos mais eficientes.
1995	A Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU documenta o conceito de consumo sustentável: “É o uso de serviços e produtos que respondem às necessidades básicas de toda a população e trazem a melhoria na qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduzem o uso dos recursos naturais e de materiais tóxicos, a produção de lixo e as emissões de poluição em todo o ciclo de vida, sem comprometer as necessidades das futuras gerações”.



1998	O Estado de São Paulo sai à frente na adoção de normas que incorporam preceitos de ordem ambiental, social ou ética nas compras promovidas pelo governo, com o Decreto nº 42.836/98, com redação alterada pelo Decreto nº 48.092/03, que dispõe sobre a imposição de aquisição, para a frota do grupo especial do estado, de veículos movidos a álcool.
1999	Estabelecimento da <u>Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P</u> .
2003	Decreto Estadual – São Paulo Nº 48.138/2003, que dispõe sobre a obrigação de adoção de medidas de redução de consumo e racionalização de água no âmbito da administração pública direta e indireta.
2005	Estabelecimento do <u>Prêmio “Melhores Práticas em A3P”</u> .
2007	Adesão do Brasil ao Processo de Marrakesh.
2008	Firmados os pactos setoriais da soja, da pecuária bovina e da madeira.
	Inaugurada na cidade paulista de Indaiatuba, a primeira loja verde do Brasil.
	Primeira campanha do Ministério do Meio Ambiente voltada para o consumo consciente, com o nome “Consumo Consciente de Embalagens: a escolha é sua, o planeta é nosso”.
2009	O Ministério do Meio Ambiente institui 15 de outubro como o Dia Nacional do Consumidor Consciente.
	Aprovada a Lei que institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas.
2010	Lançada a Campanha “Saco é um Saco” pelo MMA em parceria com ABRAS.
	Instituída a <u>Política Nacional de Resíduos Sólidos</u> , após vinte anos de tramitação no Congresso Nacional.
	IN nº 1/2010, que Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração.
2011	Lançado o Mês de Consumo Sustentável, em outubro.
	Lançamento do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis em seu primeiro ciclo.

2012	<p>Criação da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP pelo Decreto nº 7.746/2012.</p>
	<p>IN nº 10/2012, que estabelece regras para elaboração dos planos de gestão de logística sustentável.</p>
	<p>Instituição, pela Portaria Interministerial nº 244/2012, do Projeto Esplanada Sustentável - PES, cuja finalidade é integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.</p>
	<p>Publicação da IN nº 2/2014-SLTI/MPOG, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia e do uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nas edificações públicas federais.</p>

## Forças-Tarefa de Implementação de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS)



## PLANO DE AÇÃO



## PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS